Sarney tenta evitar dispersão

O presidente José Sarney apresentará hoje, em reunião com as lideranças da Frente Liberal e do PMDB as bases do **Projeto Brasil**, que idealizou nos últimos dais e representaria a consolidação de todas as forças políticas e sociais que contribuíram para a vitória da Aliança Democrática. O próprio chefe do Governo externou seu propósito em audiência com doze parlamentares do PMDB de vários Estados — representativos do PC do B — frisando que espera contar com a participação de todos os segmentos da sociedade, a fim de possibilitar a implantação da Nova República.

A proposta do chefe do Governo tem o objetivo de evitar a dispersão das forças políticas que apoiaram a chapa Tancredo Neves e José Sarney e será explicitada na reunião do Conselho Político, com a participação dos senadores Fernando Henrique Cardoso, Humberto Lucena e Carlos Chiarelli, e os deputados Pimenta da Veiga e José Lourenço. O **Projeto Brasil**, segundo entenderam os parlamentares, seria uma resposta prática às dificuldades que vinham sendo encontradas, mesmo antes da posse do novo Governo, para a implantação de um pacto social, conforme o preconizado pelo falecido presidente Tancredo Neves.

Conversa

Na conversa com os deputados Luis Guedes, Haroldo Lima, Aurélio Peres e Aldo Arantes o presidente Sarney utilizou a denominação **Projeto Brasil** e disse que deseja ver sua idéia debatida abertamente por todas as forças políticas que participam da Aliança Democrática, abrindo o leque ainda para discussão com os partidos não legalizados, frisando que a implantação da Nova República será feita de modo irreversível pelo seu Governo. No entanto, Sarney destacou a necessidade de ser consolidado e ampliado o apoio político da Aliança Democrática.

O chefe do Governo não explicitou seus projetos, dizendo apenas aos parlamentares que apresentaria as teses do **Projeto Brasil**, na reunião de hoje, com as lideranças da Aliança Democrática, para que elas desenvolvam o debate com todos os segmentos da sociedade brasileira. Sua intenção é colocar em debate todos os grandes problemas nacionais, entre elas as dívidas externa e interna, as prioridades sociais, as reformas da Constituição, a inflação e a política econômica do Governo.

Os deputados peemedebistas, todos representantes do PC do B, deram apoio à ideia do presidente Sarney e a ele solicitaram atenção maior do Governo para a implantação da reforma agrária; solução do problema da dívida externa e liberdade para organização imediata dos partidos clandestinos.

Os parlamentares propuseram ao presidente da República a efetivação do que chamaram de pacto sindical, ou seja, a formação de um grupo formado por representantes do Governo, empregadores, CUT e Conclat a fim de estudar a viabilidade das reivindicações de ambas as partes, ressaltando que se os entendimentos foram positivos as greves podem ser suspensas rapidamente, em São Paulo. Os parlamentares frisaram que não são intermediários de propostas dos grevistas de São Paulo, mas consideraram a hipótese do pacto como o início efetivo de entendimentos permanentes e em alto nível entre Governo, patrões e empregados. O presidente Sarney não fez comentários sobre a proposta dos deputados e ressaltou, na ocasião que os partidos de esquerda não são considerados clandestinos, e sim ilegais, "mas com o processo de legalização a ser efetivado em prazo curto". Os parlamentares esquerdistas gostaram do encontro com Sarney e lembraram que, desde o Governo de Juscelino Kubitschek, um grupo político de partido ilegal não era recebido oficialmente no Palácio do Governo.

política
Eliseu Soares
Jornal de Brasília